

AZORÍN

# O político

Jaimir Conte  
Tradução

O político

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora

*Roselane Neckel*

Vice-Reitora

*Lúcia Helena Martins Pacheco*

EDITORA DA UFSC

Diretor Executivo

*Fábio Lopes da Silva*

Conselho Editorial

*Fábio Lopes da Silva* (Presidente)

*Ana Lize Brancher*

*Andreia Guerini*

*Clélia Maria Lima de Mello e Campigotto*

*Fernando Jacques Althoff*

*João Luiz Dornelles Bastos*

*Luís Alberto Gómez*

*Marilda Aparecida de Oliveira Effting*

Editora da UFSC

Campus Universitário – Trindade

Caixa Postal 476

88010-970 – Florianópolis-SC

Fones: (48) 3721-9408, 3721-9605 e 3721-9686

[editora@editora.ufsc.br](mailto:editora@editora.ufsc.br)

[www.editora.ufsc.br](http://www.editora.ufsc.br)

Azorín

# O político

Jaimir Conte

TRADUÇÃO

 editora **ufsc**

2015

© 2015 Azorín (José Martínez Ruiz)

Esta obra foi publicada originalmente em espanhol com o título *El político*, Librería de los Suc. de Hernando, 1908, Madri, Espanha

Coordenação editorial:

*Paulo Roberto da Silva*

Capa:

*Leonardo Gomes da Silva*

Editoração:

*Tais Andrade Massaro*

Revisão:

*Leticia Tambosi*

Ficha Catalográfica

(Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina)

---

A996p Azorín

O político / José Martínez Ruiz (Azorín) ; tradução  
Jaimir Conte. – Florianópolis : Ed. da UFSC, 2015.  
131 p.

Título original: El político.

1. Literatura espanhola. 2. Política – Filosofia.  
3. Ciência Política. I. Ruiz, José Martínez. II. Conte, Jaimir.  
III. Título.

CDU: 860

---

ISBN 978-85-328-0715-1

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra  
poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por  
qualquer meio ou forma sem prévia permissão por  
escrito da Editora da UFSC.

Impresso no Brasil

Escrevi estas páginas durante uma longa convalescença no campo. Nelas procurei ser breve, preciso e claro. O que este livro contém é fruto de minhas leituras e de minhas observações pessoais. Façam os outros extensos e grandes tratados; eu, após ler muitos livros e conversar com muitas pessoas, descobri que sei muito pouco. Quis expor este pouco que sei com brevidade e sem confusão.

*Azorín*  
*Montanha alicantina, 1908.*



# SUMÁRIO

PREFÁCIO Azorín, o "inatual"?	9
1 Deve ter força	17
2 Arte no vestir-se	19
3 Não se expor	23
4 Tenha a virtude da eubolia	25
5 Saiba esquivar-se	27
6 Remediar a inadvertência	29
7 Não ter impaciência	31
8 Manter-se em equilíbrio	33
9 Desdém para com o elogio	35
10 Conheça as pessoas que o cercam	37
11 Aceitar as distinções com sinceridade	39
12 As contradições	41
13 Não prestar-se à exibição	43
14 Permaneça impassível diante do ataque	45
15 O direito e a força	47
16 O leão e a raposa	49
17 Os cães e a raposa	51
18 Gracián e a raposa	53
19 Saavedra Fajardo e a raposa	57
20 Feijoo ri dos cães	59
21 Maneira de insinuar-se	61
22 Ter alguma qualidade distintiva	65

23	Serenidade na desgraça.....	69
24	Espírito e fervor .....	71
25	Lembrar-se do chapéu de cardeal de Lerma .....	75
26	Fingir conformidade .....	77
27	Inovar dentro da ordem.....	79
28	O equilíbrio do eu .....	81
29	O enigma da honra .....	83
30	Livros que deve ler .....	85
31	Capacidade de escutar.....	87
32	Os homens de amanhã .....	89
33	A face serena.....	93
34	Amar as mulheres sem apaixonar-se.....	95
35	Os valores nascentes.....	97
36	Fugir da abstração .....	99
37	A força contida .....	101
38	Do discurso e sua preparação .....	103
39	Realçar as circunstâncias .....	105
40	A leitura dos clássicos .....	107
41	Juízo sobre as pessoas .....	109
42	Renunciar oportunamente .....	111
43	Elogio do tempo .....	113
44	Evitar o escândalo.....	115
45	Não duvidar de si.....	117
46	Escolher o retiro .....	119
47	Valor das máximas e conclusão.....	121
	Epílogo futurista .....	123
	NOTAS .....	129

# PREFÁCIO

## Azorín, o “inatual”?

*Alessandro Pinzani*

O livro *El político*, publicado pelo escritor e homem político José Martínez Ruiz (Azorín) em 1908 e apresentado aqui na primorosa tradução portuguesa de Jaimir Conte, não é interessante somente por seu conteúdo imediato, ou seja, pelas recomendações nele contidas, ou por constituir-se em testemunha de uma época e de um modo de entender a atividade política que nos parecem irremediavelmente ultrapassados, mas porque nos permite refletir sobre o que veio a ser tal atividade em nossos dias.

Exteriormente o livro se situa em uma dupla tradição. Por um lado, insere-se no gênero literário caracteristicamente espanhol dos guias sobre a ação prudente à la Baltasar Gracián, que com seu romance moral alegórico *El criticón* (citado pelo próprio Azorín) e, principalmente, com seu opúsculo *Oráculo manual y arte de prudencia* (que contém uma seção dedicada ao homem político) alcançou uma fama mundial ainda viva, graças às suas sugestões sobre a maneira mais prudente de mover-se no mar borrascoso do *Gran Mundo*. Por outro lado, *O político* se

apresenta como um moderno “espelho do príncipe”, conforme a denominação pela qual eram conhecidos os inúmeros manuais para governantes na Europa renascentista ou na própria Espanha do *Siglo de Oro* (veja-se, por exemplo, a *Idea de un príncipe político cristiano*, publicada em 1640 por Diego de Saavedra Fajardo, outro autor citado extensamente por Azorín, ou *El político Don Fernando el Católico*, também de Gracián).

Talvez por isso a primeira analogia que vem à mente é com outro livro que, exteriormente, se apresenta como um “espelho do príncipe”, embora seja muito mais do que isso, a saber, *O príncipe*, de Maquiavel, pelo qual Azorín manifesta grande admiração. Tal comparação, contudo, poderia acabar sendo prejudicial ao texto do nosso autor. Enquanto a obra-prima do secretário florentino continua sendo uma fonte de inspiração para incontáveis comentadores, e como o *Oráculo*, de Gracián, chegou a ganhar uma fama duvidosa como livro de autoajuda (não faltam livros com títulos como *Maquiavel para mulheres* e *Maquiavel para executivos*), hoje parece que quase ninguém se lembra do texto de Azorín. Embora ele também, como Maquiavel, tenha baseado sua obra na própria experiência pessoal de homem político, falta-lhe a capacidade de expor teses que sejam mais do que meras recomendações práticas e que alcancem o nível de abstração e profundidade das ideias expostas pelo florentino em seu livro, que por essa razão se tornou um marco fundamental na história do pensamento político.

Com certeza, a intenção de Azorín não era escrever uma obra que se comparasse com *O príncipe*. Por isso, em muitas passagens, a impressão que se tem ao ler *O político* é de estar

diante de um manual no estilo de Saavedra Fajardo e de Gracián, mas também de Pontani, de Castiglione ou de outros renascentistas, ainda impregnados do moralismo cristão dos tratados medievais (como o *De principe*, de Tomás de Aquino) ou da ética (neo)platônica dos humanistas – como se Maquiavel não tivesse existido, em suma. As recomendações de Azorín na primeira metade do livro soam, aliás, tão inócuas que mais parecem saídas de um manual do perfeito *gentleman* da era vitoriana ou eduardiana do que de um “espelho” escrito para um príncipe de épocas violentas e sangrentas como o Renascimento e o *Siglo de Oro*. O autor se estende em sugestões sobre o modo de vestir-se e sobre a importância de sapatos sempre bem engraxados, de camisas imaculadamente brancas, de um rosto impecavelmente barbeado, e o leitor, em sua imaginação, vê sair das páginas do livro um leve cheiro de alfazema, de roupa recém-passada e de linhos engomados. Há algo de incrivelmente *passé* nessas recomendações em uma época como a nossa, na qual se espera do político mais poderoso do mundo, o presidente dos EUA, que seja capaz de grelhar hambúrgueres para seus pares de outros países, com as mangas da camisa esportiva arregaçadas, ou de fazer cesta numa quadra de basquete, ou ainda de tirar *selfies* com visitantes da Casa Branca.

Hoje ninguém julgaria razoável recomendar a um homem político que “não se exponha na rua, nem nos passeios, nem nos espetáculos públicos” e que “viva recolhido”. Na era da política como espetáculo e da comunicação contínua, seria fatal para o político seguir a seguinte máxima de Azorín: “Que o político não se disperse nas palavras. Não seja acessível às conversas e conferências com publicitários e jornalistas. Quando tiver

conversado com alguém sobre os assuntos do Estado, não saia apregoando o que disse, por qual motivo o disse e qual foi a causa de não ter dito outra coisa”.

Mas justamente esse fato torna interessante o texto do escritor espanhol, pois nos convida a refletir sobre nossa maneira de conceber a figura do homem político e, ao fazer isso, nos expõe de maneira indireta as profundas transformações pelas quais passou a política desde a época em que foi escrito até o tempo presente.

Por outro lado, de vez em quando Azorín nos surpreende com afirmações que parecem saídas de *O príncipe*, como a seguinte: “Que o político não tenha a ingenuidade de acreditar na famosa distinção entre o direito e a força. Existe apenas uma coisa: a força. O que é forte é o que é de direito”. E as analogias com Maquiavel não acabam aqui. Se na primeira parte do livro Azorín assume o tom do *arbiter elegantiarum* e do conselheiro de boas maneiras, pela metade do texto ele nos surpreende com uma repentina virada realista, correspondente justamente às páginas dedicadas a discutir as teses do florentino, que nosso autor defende de seus inimigos e críticos antigos e recentes. Menciona com evidente admiração a célebre página na qual Maquiavel afirma que o homem político deve ser capaz de usar do leão e da raposa, ou seja, de ser forte e impiedoso ou condescendente e astuto, segundo exigido pelas circunstâncias. Ao mesmo tempo, contudo, parece não querer chegar às conclusões do escritor renascentista. Ele também tem seu César Bórgia, a saber, o duque e cardeal de Lerma, a cuja ascensão na vida pública ele dedica o espaço e a atenção que Maquiavel tinha reservado ao Duque Valentino. Mas ao lado dessa “raposa ardilosa”, desse exemplo de

prudência e astúcia política, Azorín nos apresenta também um modelo de “leão forte, desdenhoso e magnífico”, a saber, Dom Rodrigo Calderón, que representa um modelo de fortaleza, mas também de piedade humana e religiosa – o que, com certeza, não poderia ser afirmado de Bórgia e, em geral, do príncipe-leão no qual pensava Maquiavel, uma vez que para ele este animal representa menos a fortaleza e a magnanimidade do que a força bruta e a violência.

Deste ponto de vista, pode parecer que Azorín não tenha tido a coragem de seguir Maquiavel até o final, de chegar ao aparente imoralismo de *O príncipe*. Contudo, tal impressão pode nos enganar em relação à fineza com a qual nosso autor entendeu o sentido real das recomendações escandalosas que o florentino distribui com frieza em sua obra-prima. Em momento nenhum Maquiavel afirma que tudo é permitido ao príncipe ou que “o fim justifica os meios”, como recita uma sentença que lhe foi erroneamente atribuída. As ações contrárias à moral corrente que o príncipe pode ser obrigado a praticar pelas circunstâncias específicas nas quais tem que agir obedecem a uma finalidade superior à simples conquista ou manutenção do poder, a saber, a criação e estabilização de um principado ou de uma república que lhe sobrevivam e que tornem imortal seu nome. O príncipe deve ser um legislador, se não quer deixar atrás de si somente a fama de déspota sanguinário como Agátocles, o tirano de Siracusa apresentado no capítulo VIII de *O príncipe* como exemplo de indivíduo dotado de *virtù* (ou seja, do conjunto de qualidades que deveriam caracterizar o príncipe ideal), mas indigno de ser imitado, justamente porque seus atos cruéis tiveram como única finalidade a manutenção de um poder pessoal, despreocupado com o bem da cidade. Contrariamente a ele, César Bórgia usou

de crueldade, engano e violência para conquistar um grande território e dar vida a um principado que unificasse boa parte da Itália central. Na leitura de Maquiavel, a astúcia do Valentino estava a serviço de uma finalidade maior do que a mera conquista do poder pelo poder. Nem todo fim justifica, portanto, os meios, mas somente o fim superior do bem público, isto é, da glória e da força da “cidade” (hoje diríamos: do Estado).

Azorín parece dar-se conta disso em sua leitura de Maquiavel. O duque de Lerma e Dom Calderón são exemplos de indivíduos interessados no bem-estar do Estado, não em seu poder pessoal. Na parte central do livro nosso autor assume um tom bem diferente daquele do conselheiro elegante da primeira parte, uma vez que agora o tema já não é o aspecto exterior do político ou seus comportamentos em público, mas sua ação de estadista e de homem de partido, chamado a escolher com atenção aliados e conselheiros, a distribuir cargos e favores a pessoas mais ou menos dignas. É nessas páginas que Azorín parece tentar atualizar as sugestões de Maquiavel para uma época menos sangrenta, na qual o moderno “príncipe” não precisa mandar cortar as cabeças de colaboradores cuja corrupção se tornou um embaraço para ele (como aconteceu com Ramiro de Lorca, o lugar-tenente de Bórgia), podendo limitar-se a tomar o chapéu, levantar-se bruscamente da cadeira e aproximar-se da porta, interrompendo assim uma conversa e deixando claro ao seu interlocutor que este perdeu seu favor.

Como em Maquiavel, o homem político de Azorín pode ser astuto e dissimulado, mas sempre em nome de um bem superior, a saber, o interesse público. Como em Maquiavel, ele deve abraçar as normas de uma ética política cujo sumo bem é o do Estado, ainda que isso signifique desobedecer às exigências da

moralidade individual em certos casos (“o que é norma plausível nos tratados encontra mil nuances, sutilezas e complexidades na prática, que tornam impossível sua aplicação” – e aqui seria quase impossível saber se foi Azorín ou Maquiavel que escreveu essas linhas). Deve ser capaz de inovar as ordens, exatamente como o “homem extraordinário” de Maquiavel deve poder “reconduzir a república aos seus princípios”, mas deve fazer isso de forma gradual, quase às escondidas. Em suma, deve sempre vigiar a si mesmo, exercer um estrito autocontrole, sem ceder às tentações do poder, às paixões individuais e às tentativas de corrompê-lo de quem lhe está próximo.

Como se vê, o texto adquire uma profundidade e uma sutileza inesperadas, dado que o autor começa a falar de Maquiavel e a discutir não a aparência do político, mas sua ação concreta. Emerge dessas páginas uma figura humana complexa e matizada, bem distante do *dandy* de camisa imaculada e sapatos engraxados da primeira parte. É um indivíduo que não pode dar-se o luxo de seguir seus desejos e suas paixões, nem sequer no caso do amor por uma mulher, mas que dedica tudo de si mesmo à sua atividade pública – sempre alerta, sempre consciente dos riscos que provêm tanto de seus adversários como de seus aliados. A política não é território de fácil andança e prepara inúmeras armadilhas a quem nela se aventura sem estar disposto a obedecer a suas regras. É o âmbito do possível, não do desejável; do poder, não do dever; de uma ética realista, não de um moralismo abstrato – mas tampouco de um imoralismo cínico e egoísta.

O leitor decidirá por si mesmo se seria desejável ou não que os políticos de hoje apresentassem as características que Azorín recomendava aos políticos de 1908.



## Inovar dentro da ordem

Que o político não seja como este homem que o poeta Gonzalo de Berceo<sup>22</sup> pinta, e que “era de todas as maneiras um agitador”. Não queira renovar e revolucionar tudo. Alcançada a posse do poder, verá que uma coisa são as fantasias dos teóricos e outra as manipulações da realidade. As coisas foram se formando lentamente; formaram-se lentamente hábitos, costumes, preocupações; muitas vezes a justiça abstrata, dos livros, encontra-se em batalha com sentimentos e direitos que é preciso respeitar. O que é norma plausível nos tratados encontra mil nuances, sutilezas e complexidades na prática, que tornam impossível sua aplicação. Todos clamam pelo novo; todos anseiam uma renovação radical; mas se isso pudesse operar-se, os mesmos que gritam e combatem encontrariam motivos para múltiplas exceções e anulações.

O político que quiser fazer algo útil a seu país não deverá desejar subverter a ordem das coisas. Contra o que o tempo foi estratificando, só com o tempo se pode lutar. Que o homem cauteloso vá fazendo suas operações pouco a pouco; apare esta aresta; meta o cinzel noutra deformidade; dê uma martelada aqui,

corte outro ramo apodrecido ali. Ou seja, no preenchimento dos cargos, por exemplo, se não puder deixar de empregar pessoas inaptas, que sejam vinte os patifes em vez de cinquenta; se os impostos e tributos se perdiam muito antes entre as mãos de maus arrecadadores, faça com que se percam menos agora; se os representantes da nação eram outrora pouco sinceros e íntegros, que agora, ainda que a maioria seja a mesma, haja entre eles mais homens de bem e inteligentes.

Isso falando em termos gerais. Procure também não dar às reformas e melhorias que prepara mais brilho e importância do que devem ter; ou seja, se precisar fazer uma reforma que atinja o interior do país, não se orgulhe dela, mas antes, para não alarmar as pessoas, não lhe dê importância e faça-a com a maior discrição e sigilo.

## NOTAS

<sup>1</sup> “Fortaleza”, no original, é termo que, segundo o Diccionario da Real Academia Española, significa “fuerza y vigor”. “Fortaleza” ou força deve ser entendida aqui como uma das quatro virtudes cardeais – as outras são a prudência, a justiça e a temperança –, que consiste em vencer o temor e fugir da temeridade.

<sup>2</sup> George Bryan Brummell (1778-1840) foi uma figura emblemática da corte inglesa que ditou a moda masculina, baseada num estilo discreto, com trajes de cores sóbrias como preto, branco e azul-noite, e que suprimia todos os detalhes supérfluos.

<sup>3</sup> Dom Diego de Corral y Arellano, por Velázquez (1599-1660).



<sup>4</sup> Hernando del Pulgar (1436(?)-c.1493) foi um historiador e cronista castelhano que serviu o rei Henrique IV de Castela e os Reis Católicos. É o autor da *Crónica dos Reis Católicos* (1481-1490).

- <sup>5</sup> Alfonso Carrillo de Acuña (1410-1482) foi um importante clérigo castelhano, arcebispo de Toledo. Exerceu grande influência na vida política do reino de Castela, nos reinados de Juan II, Enrique IV e dos Reis Católicos (Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela). Manteve opiniões variáveis segundo as circunstâncias.
- <sup>6</sup> Diego de Saavedra Fajardo (1584-1648) foi um escritor e diplomata espanhol, autor de *Idea de un príncipe político cristiano, representada en cien empresas* (1640).
- <sup>7</sup> Referência a Íñigo López de Mendoza e Quiñones (1440-1515), primeiro marquês de Mondejar e segundo conde de Tendilla, conhecido como *O Grande Tendilla*. Filho de Íñigo López de Mendoza y Figueroa, primeiro conde de Tendilla, foi nomeado em 1486 pelos Reis Católicos como embaixador em Roma.
- <sup>8</sup> Antonio Maura y Montaner (1853-1925) foi um estadista e escritor espanhol que por cinco vezes presidiu o Conselho de Ministros da Espanha.
- <sup>9</sup> Nome pelo qual se conhece desde o século XVI a obra intitulada primeiramente como *Comedia de Calisto y Melibea* e depois *Tragicomedia de Calisto y Melibea*, atribuída ao dramaturgo espanhol Fernando de Rojas (c.1470-1541).
- <sup>10</sup> Juan Fernández Pacheco y Téllez Girón (1419-1474) foi um militar e nobre espanhol. Dominou a cena política castelhana desde os últimos anos do reinado de João II até quase o reinado de Isabel, a Católica, tendo sido homem de confiança de Henrique IV de Castela.
- <sup>11</sup> Francisco Jiménez de Cisneros (1436-1517) foi um cardeal, arcebispo de Toledo pertencente à Ordem Franciscana, terceiro inquisidor geral de Castela e seu regente até a morte de Fernando, o Católico. Por ocasião da morte de Fernando, o Católico, assumiu pela segunda vez a regência até que o jovem príncipe Carlos, que se encontrava em Flandres, viesse à Espanha para ocupar o trono. Nesse período Cisneros, que já contava oitenta anos, dá mostras de uma extraordinária habilidade para governar. Soube fazer frente à nobreza desejava de recuperar o poder perdido e às intrigas dos que pretendiam substituir no trono Carlos pelo seu irmão Fernando, educado na Espanha.
- <sup>12</sup> Adolfo Rivadeneyra (1841-1882).
- <sup>13</sup> "Machiavelismo degolado", obra publicada em 1637 pelo padre jesuíta Cláudio Clemente (1596-1642), cujo título completo em latim era *Machiavellismus jugulatus a christiana sapientia hispanica et austriaca*.
- <sup>14</sup> Francesc Garau ou Francesc Guerau (1640-1701) foi um teólogo e escritor jesuíta, autor de *Máximas políticas e morais*.

<sup>15</sup> Baltasar Gracián y Morales (1601-1658) foi um importante prosador, teólogo e filósofo espanhol do século XVII, ao lado de autores como Francisco de Quevedo e Miguel de Cervantes. Entre suas obras destaca-se *A arte da prudência*.

<sup>16</sup> Cf. nota 6, inserida acima.

<sup>17</sup> Benito Jerónimo Feijoo e Montenegro (1676-1764) foi um influente polígrafo, ensaísta e filósofo espanhol de origem galega, considerado uma das figuras literárias mais importantes da Espanha do século XVIII.

<sup>18</sup> Dom Rodrigo Calderón (1576-1621) foi um político e nobre espanhol.

<sup>19</sup> No original, "levantisca".

<sup>20</sup> No original, "así de Gracia como de Justicia".

<sup>21</sup> Francisco Gómez de Quevedo y Santibáñez Villegas ou simplesmente Francisco de Quevedo (1580-1645) foi um escritor do século de ouro espanhol. É considerado um dos maiores nomes da literatura espanhola no período barroco.

<sup>22</sup> Gonzalo de Berceo (c.1197-c.1264) foi um poeta espanhol, o primeiro de renome na língua castelhana e o principal autor no século XIII.

<sup>23</sup> Cf. nota 8, inserida acima.

<sup>24</sup> Enrique de Aragón, infante de Aragão (1399-1445). Infante aragonês de origem castelhana, mestre da Ordem de Santiago, marquês de Villena e conde de Ledesma.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson e Titillium.  
Miolo em papel pólen *soft* 80 g; capa em cartão supremo 250 g.  
Impresso na Gráfica e Editora Copiart  
em sistema de impressão *offset*.

Neste clássico de 1908, Azorín retoma uma antiga tradição espanhola: a dos tratados de aconselhamento aos políticos. Na esteira de autores como Saavedra Fajardo (1584-1648), ele usa a própria experiência nos negócios públicos como fonte para suas prescrições. O texto, em vários aspectos, é atual. Mas até o que nele já está ultrapassado é precioso, pois vale como testemunho de como era a política e das mudanças pelas quais desde então ela passou.